



Índice

- 01** [Ainda sem acordo, índios e produtores de MS terão nova reunião](#)
- 02** [Índios liberaram MS-295 após cinco horas de manifestação, diz PRE](#)
- 03** [Ministro da Justiça é convidado a falar sobre demarcação de terras indígenas](#)
- 04** [Por conta do conflito entre índios e fazendeiros, escolas fecham as portas](#)
- 05** [Funai aprova delimitação de terras indígenas](#)
- 06** [Território Indígena Kadiwéu, invasores ou donos...](#)
- 07** [Alessandra Bento assume vaga deixada por Remilson das Flores e promete lutar pelos povos indígenas de Grajaú](#)
- 08** [MEC anuncia programa de intercâmbio para negros e indígenas](#)
- 09** [Mobilização reuniu jovens indígenas Baniwa, Baré e Werekena em Boa Vista-Foz do Içana, nos dias 24 a 25 de Agosto](#)
- 10** [Indígenas kaingáng da Aldeia Bananeiras vendem ervas em Dourados](#)



Ainda sem acordo, índios e produtores de MS terão nova reunião

SÍTIO RONDA DO MS, 28.08.2013

Encontro para discutir conflito agrário ocorreu na terça em Brasília. Pontos que eram considerados definidos recuaram, diz indígena.

Índios e produtores rurais terão mais uma reunião, dentro de duas semanas, ainda sem local definido, para tentar encontrar solução ao conflito por terras em Mato Grosso do Sul. O encontro entre as partes, representantes do governo federal e estadual, em Brasília, terminou sem acordo, segundo o advogado que representa os indígenas, Luiz Henrique Eloy.

De acordo com ele, não houve avanços para resolver o impasse no campo, mas os indígenas e fazendeiros mantêm o diálogo. A reunião ocorreu na tarde de terça-feira (27) na sede do Ministério da Justiça. A expectativa é que, na próxima reunião, a União apresente uma proposta concreta para dar fim ao conflito.

No último encontro, realizado no dia 13 de agosto em Campo Grande, o governo federal reforçou a proposta de utilizar Títulos da Dívida Agrária (TDAs) para comprar terras do governo do estado, que, por meio destes títulos, indenizaria produtores rurais em áreas que seriam devolvidas às comunidades indígenas.

Segundo Eloy, com relação a fazenda Buriti e a utilização dos TDAs, pontos que pareciam definidos, as negociações recuaram, pois, de acordo com o advogado, a secretaria estadual de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo (Seprotur), informou na reunião que o estado não tem terras suficientes para vender a União.

De acordo com a assessoria de imprensa da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), sem a viabilização jurídica de compra da propriedade com repasses do TDA, as proposições para o próximo encontro serão o levantamento das terras públicas da União no estado e a formação de um grupo de monitoramento para acompanhar a agenda e as deliberações da futura reunião.

Ainda conforme a federação ficou definido que será retomada a avaliação da região da fazenda Buriti e demais áreas requisitadas pelos terena e guarany-kaiwá.

- G1 MS



Índios liberaram MS-295 após cinco horas de manifestação, diz PRE
SÍTIO REGIÃO NEWS, 28.08.2013

O grupo cobrava agilidade no processo de demarcação em Mato Grosso do Sul, principalmente para as terras Arroyo Korá e Cerro Marangatu.

Depois de cinco horas de manifestação, índios guarany-kaiwá liberaram o trecho da MS-295 que estavam ocupando nesta terça-feira (27), em Paranhos, a 477 quilômetros de Campo Grande. Segundo informações da Polícia Rodoviária Estadual (PRE), cerca de 150 indígenas estavam no local.

O grupo cobrava agilidade no processo de demarcação em Mato Grosso do Sul, principalmente para as terras Arroyo Korá e Cerro Marangatu.

De acordo com a PRE, o protesto ocorreu de forma pacífica. Os indígenas utilizaram objetos na pista e paravam condutores para entregar panfletos, liberando os veículos em seguida. Não houve congestionamento no local.



Ministro da Justiça é convidado a falar sobre demarcação de terras indígenas
SÍTIO TNH1, 28.08.2013

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara aprovou hoje (28) convite para que o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, preste esclarecimentos sobre a identificação e delimitação de terras indígenas e dos conflitos ocorridos na região sul da Bahia.

Como foi convidado, o ministro não é obrigado a comparecer à comissão. Além de Cardozo, foram convidados para participar de audiência pública representantes de associações de agricultores, de sindicatos dos trabalhadores e os prefeitos dos municípios de Ilhéus, Buerarema e Una. Ainda não foi marcada data para a audiência pública.

Ao longo do último mês, índios tupinambás ocuparam dezenas de fazendas de Buerarema, Una e Ilhéus, no sul da Bahia. Eles exigem que o processo de demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença seja concluído. A Fundação Nacional do Índio (Funai) delimitou a área em 2009. Falta agora que o Ministério da Justiça expeça a portaria declaratória, reconhecendo-a como território tradicional indígena. A última etapa é a homologação pela Presidência da República.

De acordo com o resumo dos estudos de identificação e delimitação publicado pela Funai no Diário Oficial da União de 20 de abril de 2009, a área tem 47.376 hectares. Um hectare corresponde a 10 mil metros quadrados, o equivalente a um campo de futebol oficial. O tamanho da área reivindicada motivou políticos, fazendeiros, comerciantes e outras pessoas a protestar, alegando que a iniciativa inviabilizará economicamente o município.

Na semana passada, os produtores rurais fizeram um protesto e bloquearam a rodovia federal BR-101 por cerca de dez horas. Durante a manifestação, equipamentos públicos e ao menos uma agência bancária foram depredados. Veículos oficiais foram incendiados – entre eles um carro que transportava quatro índios, sendo duas crianças, de Itabuna para Pau-Brasil. No mesmo dia, o governador baiano, Jaques Wagner, pediu ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, o envio da Força Nacional para a região e o reforço do efetivo da Polícia Federal. A Polícia Militar baiana aumentou o seu efetivo.

A Força Nacional começou a chegar à cidade no último domingo, o que não impediu novas e ainda mais violentas manifestações no último sábado (24). Alegando terem sido provocados por índios armados, que circularam de automóvel pelo centro de Buerarema, produtores rurais iniciaram um tumulto que acabou com ao menos oito casas incendiadas. Estabelecimentos comerciais, cujos donos foram acusados de vender produtos aos índios, foram depredados. Policiais militares chegaram a usar bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral para conter os ânimos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 156 / 2013

Brasília, 29 de agosto de 2013.

Durante o tumulto, uma loja de abastecimento Cesta do Povo foi saqueada pela segunda vez. O prejuízo foi calculado em pelo menos R\$ 100 mil. Por segurança, a Empresa Baiana de Alimentos decidiu que os produtos estocados e os que seriam entregues à Central de Distribuição de Alimentos de Buerarema passassem a ser entregues diretamente às 63 lojas da região sul do estado abastecidas pela central de Buerarema, que permanecerá fechada até o término do conflito. Em nota, a empresa estatal informou que a medida visa proteger o patrimônio do cidadão baiano diante do vandalismo e da onda de saques que assolam a cidade”.

Para mediar o conflito, deputados estaduais que fazem parte da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública da Assembleia Legislativa da Bahia devem visitar a região no próximo dia 5.



Por conta do conflito entre índios e fazendeiros, escolas fecham as portas

SÍTIO G1/BA, 28.08.2013

Determinação foi da prefeitura municipal. Médicos também não trabalham. Indígenas e fazendeiros brigam por terras em Buerarema, na Bahia.

Do G1 BA

Alunos das escolas públicas de Buerarema , no sul do estado, estão sem aula desde a última quinta-feira só devem voltar à sala de aula na semana que vem. A informação foi divulgada nesta quarta-feira (28).

A determinação foi da prefeitura por causa dos conflitos entre fazendeiros e índios na região. As escolas particulares, que estavam funcionando, também decidiram suspender as atividades. Médicos que atuam na zona rural não estão trabalhando com medo da violência.

A cidade voltou a viver momentos de tensão na tarde do sábado (24). Segundo informação de moradores, um grupo de índios tupinambás, armados com fuzis, circulou pelas ruas do centro da cidade assustando a população.

Produtores rurais tentaram enfrentar os índios, mas foram impedidos pela polícia. Revoltados, os manifestantes colocaram fogo em oito casas que pertenciam aos índios. Em algumas casas, os móveis foram retirados e queimados do lado de fora. Os manifestantes ainda saquearam e depredaram uma loja porque, segundo testemunhas, o dono vendia material de construção para os índios.

De acordo com a polícia, uma agência dos correios foi depredada e a cesta do povo saqueada. Os policiais usaram spray de pimenta para dispersar os manifestantes.

Ainda durante a tarde, algumas pessoas foram presas e levadas para Itabuna , também no sul do estado, porque a população ameaçou invadir a delegacia.

Força Nacional

Homens da força nacional estão na cidade. O efetivo chegou ao município de Ilhéus na noite do domingo (18), segundo informações do Ministério da Justiça.

"Estamos definindo como será a atuação. Não posso informar a quantidade de policiais, mas afirmo que trata-se de um efetivo reforçado", diz Mário Lima, delegado chefe da Polícia Federal.

Na sexta-feira (16), a BR-101 foi fechada por produtores rurais que protestavam contra a ocupação de terras por índios. Na ocasião, quatro veículos do governo foram queimados.

CONT.



De acordo com o delegado, o principal objetivo do reforço no policiamento da região é evitar que ocorram novos atos de violência por conta do conflito entre indígenas e fazendeiros. "A gente não tem indicativo de novos protestos, o patrulhamento é para que não haja mais violência em ambos os lados, para garantir o processo de paz na região. Posteriormente devem ocorrer ações de reintegração de posse e atuação junto à Funai [Fundação Nacional do Índio]", explica Mário Lima.

O delegado destaca que o policiamento na região sul do estado conta ainda com o apoio da Polícia Militar, que atua com a Companhia Independente de Policiamento Especializado (CIPE) Cacaueira. Não há previsão de quanto tempo a Força Nacional vai ficar na Bahia. "Por enquanto podemos afirmar que vão ficar enquanto permanecer o problema", conclui o delegado da PF.

O caso

A localidade conhecida como Serra do Padeiro, entre Buerarema, Una e Ilhéus, é alvo de disputa entre índios e fazendeiros. De acordo com a Fundação Nacional do Índio (Funai), indígenas estão ocupando fazendas que se encontram no interior da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, que pertence aos índios Tupinambás.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) afirma que 300 indígenas Tupinambás participam das ações de ocupação das fazendas, que ficam em uma área de 47.376 hectares. Segundo o Cimi, entre o dia 2 e a terça-feira (13), 40 propriedades foram retomadas. O órgão conta que a área foi reconhecida pela Funai e que o processo estaria parado no Ministério da Justiça, o que teria motivado a ocupação das terras.

No entanto, Luis Uaquim, presidente da Associação dos Pequenos Produtores, alega que a área ainda não foi demarcada. "São locais de 2, 3 hectares. Não tem nada homologado. Nada que diga que é uma área indígena", afirma. Ele conta ainda que os índios estariam sendo violentos durante a ocupação das propriedades.

Eles [os índios] contratam pessoas e elas se vestem de índio, e vão atirando, tocando fogo nas propriedades. Eles [os fazendeiros] estão vivendo um terror. Eles moram lá e não têm pra onde ir. Isso é terror mesmo", afirma Uaquim.

"Nessa noite [quinta-feira] eles invadiram mais uma, usaram extrema violência, bateram em três pessoas. Também tocaram fogo em um barzinho, em uma garagem", conta Herman Isensee, membro da direção da associação.

Segundo o Cimi, na noite de quarta-feira (14), um caminhão que transportava alunos da Escola Estadual Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, foi alvo de tiros oriundos de um homem que se encontrava em cima de um barranco. Duas pessoas ficaram feridas. Para o órgão, o objetivo do atirador era atingir um homem que seria irmão de um cacique Tupinambá.

A Polícia Federal está na região para investigar o caso, mas ainda não informou o número de propriedades que teriam sido invadidas por índios ou se houve casos de agressão. As polícias Militar e Civil também trabalham na investigação do caso.



Funai aprova delimitação de terras indígenas

SÍTIO CEDEFES, 28.08.2013

Em reunião no Palácio da Abolição com o governador Cid Gomes, o prefeito de Caucaia e vários representantes indígenas, a presidente interina da Funai assinou a delimitação das terras

Índios Tapeba, do município de Caucaia, na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), comemoram mais um avanço rumo à homologação dos 5.800 hectares de terra onde vivem cerca de 6.400 pessoas da etnia. O Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação das Terras Indígenas Tapeba foi aprovado ontem pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

A deliberação deve ser publicada hoje no Diário Oficial da União (DOU). De acordo com o decreto 1775/96 (Lei de Terras Indígenas), a partir de agora, abre-se o período de 90 dias de possíveis contestações à decisão. Sem oposições, o documento é direcionado para o Ministério da Justiça, que deve emitir Portaria Declaratória para, só então, seguir à sanção da presidente Dilma Rousseff.

A decisão foi resultado do encontro entre o governador do Estado, Cid Gomes, o prefeito de Caucaia, Washington Luiz de Oliveira Gois, representantes de 13 etnias indígenas e a presidente interina da Funai, Maria Augusta Boulitreau Assirati.

Durante a reunião, nos arredores do Palácio da Abolição, na rua Silva Paulet, dezenas de índios manifestavam-se pintados, trajando saias de palha e cocares, manejando maracas, dançando toré. Eles aguardavam, esperançosos, o fim da reunião. "A história dos nossos antepassados está lá, não queremos perdê-la", destacava o tapeba Manuel da Silva Rocha. A Polícia Militar (PM) e a Autarquia Municipal de Trânsito (AMC) acompanharam o movimento.

Segundo a Casa Civil do Ceará, o governador foi "apenas o mediador entre a prefeitura de Caucaia, a Funai e os índios", informa a assessoria. Conforme o presidente da Associação das Comunidades dos Índios Tapeba de Caucaia (Acita), Weibe Tapeba, "o Relatório já estava tecnicamente pronto há mais de três meses. Foi um passo importante em um cenário onde as políticas para os povos indígenas são desfavorecidas", festejou.

Fonte: O Povo



Território Indígena Kadiwéu, invasores ou donos...

SÍTIO O PROGRESSO, 28.08.2013

Wilson Matos da Silva

Estive nos anos de 1984/5, no território kadiwéu e fui testemunha ocular da luta daquele povo pela demarcação de suas terras, acompanhei as equipes do Exército brasileiro, fixando os marcos demarcatórios. Logo após a conclusão dos trabalhos demarcatórios pelo Exército, foi efetivado o registro em cartório da área de 538.536 hectares, na cidade de Porto Murtinho, em MS. Documentos históricos comprovam que o esse território foi doado aos povos indígenas, ainda no Segundo Império por Dom Pedro II, como recompensa pela participação dos indígenas, ao lado do Brasil, na Guerra do Paraguai, em 1864. Nesta guerra, os exímios cavaleiros, valentes guerreiros kadiwéu, contaram com o auxílio dos exímios guerreiros estrategistas Terena. Após a demarcação deste território, com decretos ratificando os limites, os povos indígenas esperava a paz, no entanto, ainda hoje são dado como sendo invasores de suas próprias terras.

Centenas de posseiros voltaram a ocupar as terras. Invasores registravam, de forma irregular, títulos de propriedade em cima de áreas indígenas, em nome de terceiros, em cartórios de municípios vizinhos; órgãos governamentais de proteção arrendavam terras a grandes fazendeiros. Por fim, incursões jurídicas e pressões políticas dos fazendeiros arrendatários para a expulsão dos Kadiwéu do próprio território. Assim, o processo de demarcação, homologação e registro do território dos Kadiwéu finalizado pelo governo federal em 1984, não teve valor.

No mesmo ano, os fazendeiros, que estavam explorando ilegalmente nas terras indígenas, ajuizaram ação para discutir a nulidade da demarcação da TI. De um total de 585.536 hectares, entraram em litígio 155 mil hectares – já legalmente registrados em nome da União, de usufruto exclusivo dos indígenas, mas ocupados por cerca de 120 fazendas de gado. Desde 1987, tramita, então, no Supremo Tribunal Federal (STF) uma ação que nunca foi julgada. da mesma forma a desintrusão da área indígena não ocorreu.

A ocupação de duas fazendas pela etnia kadiwéu, dias atrás, era para cobrar a posse da área de 155 mil hectares, devidamente homologada e já demarcada como terra indígena desde 1984. Pelo menos 120 indígenas ocuparam a área desde o ultimo dia 12/08/2013. As propriedades alcançam parte dos municípios de Porto Murtinho e Corumbá, mas a maior abrangência está em Corumbá. Do total das terras homologada, ou seja, de propriedade da União, quase 155 mil são usados na criação de gado. As invasões dos fazendeiros ocorrem pelo menos desde a década de 1950. Tanto o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) quanto a FUNAI oficializavam a ocupação territorial, arrendando a terra aos fazendeiros, agora quem colhe os dissabores são os povos indígenas.

CONT.



A primeira demarcação da área ocorreu em 1900, sendo reforçada por decreto estadual em 1903 e ratificada por outro decreto do governo de Mato Grosso em 1931. Em 1969, de acordo com o órgão, o Supremo Tribunal Federal (STF) reafirmou a área como terra indígena, sendo que a homologação veio em 1984. Apesar de constituir bem da União voltado à posse permanente e exclusiva do povo Kadiwéu, a terra indígena não está na posse plena da comunidade indígena. Em 1987 os fazendeiros entraram com ação no STF para discutir os limites da terra indígena e, em 2012, o Supremo declinou a competência para julgamento à justiça federal de Mato Grosso do Sul.

Os Kadiwéu são os últimos remanescentes no Brasil do grupo linguístico Guaikurú, e também a última tribo dos famosos Mbayá-Guaikurú, que se tornaram muito conhecidos como os índios cavaleiros, pois foram os primeiros nativos a dominar a montaria e resistiram bravamente à invasão do europeu. O primeiro grupo Guaikurú registrado foram os Xaraye, em 1540. Tão importante é sua importância que foram objetos de estudos de Darcy Ribeiro, um dos maiores antropólogos brasileiros, de Claude Lévi-Strauss e Guido Boggiani, dois outros importantes antropólogos internacionais entre outros.

O curioso que os órgãos de comunicação especialmente a grande mídia, se limitam a mostrar os invasores como sendo os coitados que estão sendo expropriados de suas propriedades, nenhum desses veículos de comunicação mostram os históricos decretos, decisões do STF e registro dessas terras como sendo propriedade da União, portanto território de usufruto exclusivo dos índios.

autor é índio residente na Aldeia Jaguapirú, Advogado OAB/MS 10.689 e Jornalista SRTE 773MS. e-mail: wilsonmatosdasilva@hotmail.com



Alessandra Bento assume vaga deixada por Remilson das Flores e promete lutar pelos povos indígenas de Grajaú

SÍTIO GRAJAÚ DE FATO, 28.08.2013

Sessão solene contou a presença do vice-prefeito, Abmael, que pediu aos parlamentares mais respeito ao povo grajaúense em seus discursos semanais

Alessandra Bento de Almeida, 27 anos, do Partido Trabalhista Cristão (PTC) assumiu seu mandato de parlamentar na manhã desta quarta-feira, 28, na Câmara Municipal de Vereadores de Grajaú. Dos quinze vereadores que compõem a casa, dois faltaram: Albertinho da Saúde (PMDB) e Márcio Rolins (PSL), ambos justificaram suas ausências.

Como de praxe, em seu pronunciamento de posse, a nova parlamentar prometeu observar as leis e desempenhar com lealdade, dedicação e ética, o mandato que lhe foi confiado pelo povo de Grajaú. Após a promessa, o presidente da casa, Marinaldo do Gesso (PT) declarou empossada a nova vereadora para o mandato de 2013 a 2016.

A vereadora destacou, em sua fala na tribuna, que irá defender os povos indígenas, sua principal bandeira, mas ressaltou que o seu compromisso é com Grajaú. "Eu sonhei com este dia, dia em que assumo o compromisso com o povo de Grajaú, independente de raça, cor ou credo. É claro que lutarei incansavelmente por direitos aos meus parentes indígenas para que dentre outros o meu povo tenha a sua história resgatada, escrita e contada com orgulho, seriedade, valorizando a visível contribuição dessa etnia em nosso município".

Alessandra enfatizou que irá lutar por Grajaú através de "projetos que beneficiem a todos" e que irá expor suas indicações e ideias, para levar benefícios "a todo e qualquer município independente da sede, campo ou aldeia". A nova parlamentar lembrou também do vereador Remilson das Flores (PDT) de quem assumiu a cadeira na Câmara. "Em nenhum momento me alegro 100% da forma como estou aqui. Não vibro com a queda do meu antecessor até mesmo porque é o povo é quem sofre com atitudes errôneas e impensadas. Vejo aí mais um motivo para que eu e os demais colegas façamos diferente", enfatizou.

Participou da solenidade o vice-prefeito de Grajaú, Abmael Neto, que parabenizou a nova parlamentar ao mesmo tempo em que pediu à casa mais respeito com o povo de Grajaú nos tons dos discursos. "A Alessandra é uma pessoa competente, consciente e preparada para desempenhar essa função tão importante para a população de Grajaú. Quero dizer aos vereadores desta casa que a gente anda e vê o povo falar, criticar. Faço um apelo de que os parlamentares debatam assuntos que interessam à nossa população de forma clara, objetiva e de forma respeitosa. O executivo erra, não pode sempre acertar, mas vamos melhorar em conjunto", disse.

O vice-prefeito aproveitou ainda para destacar as dificuldades que, segundo ele a atual administração passa devido aos débitos deixados pela gestão passada. "Estamos encontrando

CONT.



muitas dificuldades para firmar convênios em razão de inadimplência da gestão anterior, mas aos poucos temos firmado convênios e até o fim do ano vamos conseguir trazer trabalho e serviço para Grajaú”.

O assessor para assuntos políticos da Prefeitura Municipal, Clesiomar Viana, também parabenizou a nova parlamentar e frisou que “nunca tinha ouvido um discurso tão brilhante naquela casa. Quero desejar a você um bom trabalho e que faça o povo grajauense ter orgulho de você”.

Outros parlamentares discursaram: Jonas das Motos (PRB), Telmiston Sousa (PMN), José Arão Marizê (PMN), Clóvis Pombo (PT), José Jairo (PMDB), Zé Leão (PPS), Zezinho das Motos (PR). Elisabete Nogueira (PV) disse que sempre almejou outra mulher para lhe fazer companhia na casa. “Em todos os meus discursos eu sempre dizia que precisávamos de mais mulheres nesta casa. Sempre pedi para que as mulheres tivessem mais vez e voz”, afirmou.

José Arão parabenizou Alessandra e desejou êxito no novo trabalho. Comentou que é mais uma conquista do povo indígena grajauense. “No Maranhão existem apenas quatro indígenas vereadores. É muito pouco em proporção à quantidade de vereadores no estado. Mas é uma conquista. Com a conquista do campo político estamos conseguindo avançar e quebrar o paradigma de racismo e preconceito contra os povos indígenas. Parabenizou a Alessandra que é minha prima por ter conseguido chegar aonde chegou”.

Clóvis Pombo aproveitou seu momento para responder às afirmações do vice-prefeito de que o tom de voz e discursos na Câmara são criticados pela população. “O tom de voz que vemos maior é o de clemência que o povo pede ao gestor”, disse. Zezinho das Motos, ao discursar, parabenizou Alessandra e lamentou a perda do Remilson das Flores. “Com certeza absoluta o Remilson deixou sua parcela de contribuição ao município. Hoje as Flores choram sua perda. O Alto do Coco clama também. Aquele povo terá que conviver com a frase dele: ruim com ele, pior sem ele. Mas nem tudo são percas e outro povo irá ganhar com a chegada da Alessandra. Parabéns”.

José Jairo também respondeu às colocações do vice-prefeito Abmael Neto que no momento de seu discurso já havia saído do parlamento. “Quero lamentar aqui até por um momento justo a ausência do vice-prefeito, mas como ele também saiu do momento solene eu não poderia deixar de fazer as minhas colocações. É fácil estar lá fora e criticar. Quando se coloca a responsabilidade nos ombros é que vemos a carga que assumimos. Digo mais, quem não quiser ser criticado ou cobrado que não se coloque à disposição para exercer tais funções; que fique em outra que é menos criticado. Todos os dias somos cobrados pelo ofício daquilo que assumimos”.

Outro representante dos povos indígenas na casa, Telmiston Sousa, comentou o seu parentesco com Alessandra, lamentou a saída do Remilson das Flores e parabenizou a chegada da nova vereadora. “O Remilson faz falta agora à sua comunidade. Cada um tem os seus. Na região da Alessandra ela irá procurar trabalhar. Nós temos essa noção e esse horizonte de onde obtemos votos e é lá que mostramos trabalho. Quero dizer que iremos somar para melhorar a qualidade de vida do povo de Grajaú e das comunidades indígenas”.

MEC anuncia programa de intercâmbio para negros e indígenas

SÍTIO JC ON LINE, 28.08.2013

Parte das bolsas de estudo será oferecida pelo Ciência sem Fronteiras (CsF) e parte será destinada aos cursos de humanas



O Ministério da Educação (MEC) anunciou nesta quarta-feira (28) um programa de intercâmbio voltado para estudantes negros e indígenas do ensino superior. O Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento será desenvolvido em parceria com Universidades e Instituições Comunitárias de Ensino Superior Historicamente Negras nos Estados Unidos. Parte das bolsas de estudo será oferecida pelo Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) e parte será destinada aos cursos de humanas.

As Universidades Historicamente Negras foram criadas na década de 60 com a missão de educar negros, sendo abertas, no entanto, a indivíduos de todas as etnias. Para aderir ao programa, as universidades devem ter comprovada excelência. São mais de 100 instituições com essas características nos Estados Unidos.

Segundo Mercadante, 18 reitores estão no Brasil para detalhar o programa Abdias Nascimento, cujo nome é uma homenagem ao político e ativista social brasileiro defensor da cultura e igualdade para as populações afrodescendentes no Brasil. Eles deverão definir quantas vagas serão ofertadas aos estudantes brasileiros negros e indígenas.

As bolsas ofertadas pelo CsF serão para as áreas prioritárias do programa, que são ciências exatas (matemática e química), engenharias, tecnologias e ciências da saúde. Mercadante disse que serão oferecidas vagas também para a área de humanas, para a formação de professores, "o que faz sentido, pela especificidade [do novo programa]", explica.

O coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Paulino Cardoso, diz que o programa é

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 156 / 2013

Brasília, 29 de agosto de 2013.

uma ação muito importante para que os pesquisadores negros deem um salto na educação brasileira. "Hoje o Brasil, e principalmente aqueles que fazem parte de um grupo dirigente, dividem-se entre aqueles que têm e aqueles que não têm uma experiência internacional, sejam eles estudantes de graduação, sejam professores. O programa vai permitir a intensificação do intercâmbio entre esses estudantes e da língua inglesa no país".



Mobilização reuniu jovens indígenas Baniwa, Baré e Werekena em Boa Vista-Foz do Içana, nos dias 24 a 25 de Agosto

SÍTIO FOIRN, 28.08.2013

O DAJIRN (Departamento de Adolescentes e Jovens Indígenas do Rio Negro) da FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro), em parceria com a CABC (Coordenadoria das Associações Baniwa e Coripaco), realizou o Encontro de conscientização e articulação de jovens indígenas na comunidade de Boa Vista, foz do Içana, a 180 Km de São Gabriel da Cachoeira.

O encontro: a Juventude é o presente!

O encontro começou com a pergunta: A juventude é o futuro? Os jovens presentes e os mais velhos entreolharam-se em busca da resposta. Um ou dois minutos de silêncio. Resposta, em meio de dúvidas: Sim para uns e não para os outros. "Tem certeza"? – pergunta a Ednéia Teles, coordenadora do DAJIRN, com microfone na mão, na frente de um platéia cheia de jovens Baniwa, Werekena e Baré da comunidade de Boa Vista, foz do Içana, e comunidades próximas.

É a primeira vez que o Departamento de Jovens da FOIRN chega às comunidades da região do Içana para informar, animar, incentivar e fortalecer os jovens dessa comunidade e incluí-los no movimento, que vem se fortalecendo a nível do rio Negro e do país.

Para essa missão, nada melhor que um grupo de jovens da FOIRN, compostos por Anair Sampaio (Vice-coordenadora do Departamento de Mulheres Indígenas), Raimundo M. Benjamim (Setor de Comunicação/Mídias) e os irmãos Odimara Ferraz Matos e Odivaldo Ferraz Matos, grupo musical do Movimento de Jovens Indígenas do Rio Negro e Ednéia Teles, Arapasso, coordenadora do DAJIRN.

Foram necessários apenas algumas brincadeiras para tirar a timidez e fazer os jovens entrarem na "roda" do encontro, que teve como pauta: Ações do DAJIRN;- Identidade e Cultura; – Influência das Novas Tecnologias na formação social dos jovens indígenas;- Informes da CABC;- informes sobre as ações do Departamento de Mulheres e Contexto atual do Movimento Indígena Brasileiro e do Rio Negro.

Com a apresentação humorada, a coordenadora do DAJIRN, introduziu as apresentações relatando os principais problemas que os jovens enfrentam hoje, em especial os jovens indígenas, quando deixam suas comunidades para as cidades em busca de oportunidades, principalmente para continuar os estudos.

CONT.



"Nós jovens não podemos ficar de braços cruzados, precisamos entrar na luta, buscar o reconhecimento, o respeito, o cumprimento de nossos direitos. Pois, somos o presente – disse a coordenadora na abertura do encontro, que reuniu mais de 100 jovens "Barekeniwa" e toda a comunidade de Boa Vista.

Os "Barekiniwa".

"Eles gostam desse nome"- afirmou Deusimar Cordeiro, líder da juventude da comunidade local e Membro do Conselho de Jovens Indígenas do Rio Negro, criado na última Assembleia Geral do DAJIRN, ao falar do termo BAREKENIWA, que é a junção das etnias Baré, Werekena e Baniwa. Um movimento que une diferenças e identidades em prol do fortalecimento da juventude indígena do Baixo Içana.

O nome nasceu no curso de formação de professores indígenas, o Magistério Indígena II, como uma auto-denominação dos cursistas do Pólo Nheengatú, por ter alunos dessas três etnias no mesmo grupo. Hoje, se tornou nome até de um time de futebol da garotada de Boa Vista, e por que não, de um movimento de jovens dessa região?

Os primeiros resultados desse movimento já são palpáveis. Boa Vista foi uma das primeiras comunidades da região do Içana, a ter uma banda de música formada por jovens. Hoje, os eventos que acontecem na região são animadas por esse grupo musical, chamado de Barekeniwa.

No encontro realizado pelo DAJIRN não foi diferente, os jovens tomaram conta do salão, com música adaptada e letras de músicas falando de cultura dos povos da região. Em português? Não. Todas as composições são feitas na Língua Geral (Nheengatú). Mas, como ficam os que não entendem? Calma. Todas as músicas tem suas traduções para o português, para "ninguém ficar de fora", como explica o líder.

Influência das novas tecnologias na vida da juventude indígena

Mas, uma coisa preocupa os professores e os pais desses jovens. Logo na abertura, os mais velhos expressaram suas preocupações diante da presença cada vez mais frequente de tecnologias na comunidade. "Muitos deles vão para escola com celular, mp3 ou mp4 e ficam ouvindo música durante a aula"- disse um dos professores da escola da comunidade, Escola Municipal Indígena Pastor Jaime, que atende alunos das séries iniciais ao ensino médio, hoje com mais de 150 alunos.

O olhar e a atenção dos jovens afirmam. O presidente da associação local, a AIBRI (Associação Indígena do Baixo Rio Içana) que também é professor da comunidade, no uso da palavra disse: "Os jovens daqui ficam mais na novela do que nos estudos".

Como aproveitar os recursos tecnológicos cada vez mais presentes nas comunidades indígenas hoje? Como explorar o lado positivo dessas tecnologias? É hoje uma discussão em curso, pesquisadores e indígenas vem debatendo esse assunto há algum tempo. Pois, não é

CONT.



apenas em Boa Vista que acontece esses problema, em vários outros locais.

O expositor sobre Influências das Novas Tecnologias na vida dos jovens indígenas, disse que é necessário uma discussão sobre o tema, onde pais, professores, lideranças da comunidade e os jovens devem avaliar e chegar a um acordo, de como os jovens devem aproveitar os recursos tecnologicos para a formação e crescimento destes, como também registrar e divulgar as atividades da comunidade e da escola.

Os jovens pedem mais "atenção".

Em carta elaborada e entregue à coordenadora do DAJIRN para ser encaminhada aos demais órgãos competentes do município como o próprio departamento, os jovens pedem mais atenção por parte desses.

Em duas páginas, destacam a necessidade de inclusão destes, nas políticas publicas , na formação (oficinas), mais articulação e presença dos órgãos nas comunidades indígenas para o fortalecimento dos movimentos já existentes na região.

"Receber uma carta de demandas como essa, nos fortalece e torna ainda mais forte nossa luta em prol da melhoria das condições e o bem-estar da juventude indígena do Rio Negro. Iremos encaminhar as demandas aos órgãos competentes, e, incluir na agenda do departamento e irmos em busca de respostas "- declarou a Edneia Teles.

Desde que a FOIRN criou na sua estrutura organizacional em 2008, o DAJIRN vem mobilizando a juventude indígena de São Gabriel da Cachoeira. Na primeira semana do mês de julho (10/07), a juventude indígena do Rio Negro saiu às ruas de São Gabriel para protestar e pedir mais atenção por parte dos governantes e das políticas públicas como melhoria na educação, comunicação, transportes, inclusão social e mais oportunidades.

Segundo a coordenadora, movimento cresce e se fortalece cada vez mais. "Hoje o movimento de adolescentes e jovens do Rio Negro está começando a ganhar visibilidade e reconhecimento nacional, o que não tínhamos antes"- explica ela.

Boa Vista, bem "pertinho" de Brasília.

São necessários pouco mais de duas horas de viagem, com motor 40 hp e voadeira para chegar a Boa Vista, a primeira comunidade do Rio Içana. Com mais de 50 famílias, vivem nessa comunidade aproximadamente 300 pessoas e reúnem uma diversidade de culturas. A escola de ensino básico atende não só os alunos da comunidade, como também os alunos que vêm de outras, incluindo alunos do médio Iána e Aiari.

Hospitaleiros e acostumados a receber eventos importantes, o povo de Boa Vista vive sua rotina. Todas as manhãs e tardes o capitão reúne a comunidade para o xibé e a quinhapira. Um povo cercado de privilégios. Quer um exemplo? Uma vista para o rio acima (Içana)

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 156 / 2013

Brasília, 29 de agosto de 2013.

Caminhar nas “ruas” de Boa Vista, é se esbarrar a cada instante em pessoas oriundas de vários lugares. Não foi difícil achar um Tukano que mora lá há mais de 11 anos. O professor Olinto

Navarro preferiu trocar Iauaretê por Boa Vista, talvez para sempre que descer o rio, que fica perto, ainda ter outro privilégio a mais: tomar banho “pertinho” de Brasília, nome de uma comunidade na margem oposta.



Indígenas kaingáng da Aldeia Bananeiras vendem ervas em Dourados

SÍTIO DOURADOS AGORA, 28.08.2013

Indígenas da etnia Kaingáng da Aldeia Bananeiras do posto indígena Guaritas no município de Miraguai do Rio Grande do Sul, estão em Dourados pela segunda vez para a divulgação e comercialização de ervas medicinais. O ponto de venda usual é na Praça do Cinquentenário, perto do Clube Ubiratan.

O casal de índios, Ido Galvão e Alzina Sales, trabalha há 40 anos na divulgação de tratamentos de saúde com plantas medicinais e percorrem todo o país. Na cidade, os dois e o sobrinho, Claudio Galvão, estão com diversos produtos para o tratamento de várias doenças que, segundo eles, fazem sucessos por onde passam.

Ido Galvão sempre trabalhou com ervas medicinais. Ele também é pajé da aldeia onde reside. De acordo com Ivo, sua experiência e vivência deram esse posto a ele.

“Sou pajé da minha aldeia por conhecer todos os medicamentos que podem ser retirados da natureza. O local que mais produz medicamentos é a natureza. É preciso apenas saber o que cada erva pode ser benéfica”, explicou Ido. O pajé trouxe para Dourados mais de 90 tipos diferentes de ervas para diversos tratamentos.

“Reumatismo, diabetes, estresse, dores musculares, cólicas, dores de cabeça e até impotência sexual. A cura para essas e outras doenças pode ser encontrada nas ervas e raízes com poderes medicinais”, é o que afirma o patriarca. Ele conta que aprendeu a trabalhar com ervas com a avó, que era uma famosa ‘raizeira’ na aldeia onde morava no Rio Grande do Sul.

“Aos oito anos já ia com a minha avó para o mato procurar raízes”, conta. “Com 12 anos comecei a fazer remédios com as ervas e depois disso não parei mais e estou andando todo o país”, conclui. Esse mês a família já passou por várias cidades e antes de vir para Dourados eles estavam em Ponta Porã. No domingo eles seguem para Tocantis, onde vão visitar outros municípios antes de voltarem para o sul.